

PMT/SMG/DL/FTJ/046/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.

CONTRATADO: CHIQUETO, GONÇALVES FILHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

PROCESSO Nº.: 104/2020

CARTA CONVITE Nº.: 003/2020

VALOR: R\$ 35.000,00

“TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E JURÍDICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA CHIQUETO, GONÇALVES FILHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, NA FORMA ABAIXO”:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CHIQUETO, GONÇALVES FILHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ nº. 27.449.173/0001-48, estabelecida na Av. Armando Salles de Oliveira, nº. 40, conjunto. 21, na cidade de Assis, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Senhor **JOÃO CARLOS GONÇALVES FILHO**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. 4.427.959 expedida pelo Instituto de Identificação do Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 137.925.718-20, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância a Carta Convite nº. 003/2020, homologado em 28 de julho de 2020, com fulcro na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria em administração pública e jurídica**, conforme descrição contida no ANEXO I, ANEXO IV Memorial Descritivo e Cláusulas Descritas neste termo contratual.

CLAÚSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2. Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do Processo nº 104/2020 – Carta Convite nº 003/2020, ao Memorial Descritivo e a Proposta da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZOS

3. A execução do presente contrato dar-se-á de forma indireta, em regime de menor preço global.

3.1. Os serviços deverão ser executados na forma descrita neste edital e seus anexos, observadas as sanções descritas na cláusula X para o caso de atraso ou inexecução dos serviços.

3.2. A responsabilidade da adjudicatária é integral para com a execução do objeto do certame, nos termos do Código Civil Brasileiro, sendo que a fiscalização pela Prefeitura não diminui e nem exclui essa responsabilidade.

3.3. Os serviços serão fornecidos de acordo com o cronograma, com início no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pelo departamento municipal competente.

CLAÚSULA QUARTA **DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

4. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, conforme planilha adjudicatória em anexo.

4.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, juntamente com relatório dos serviços prestados, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

4.2. A Contratante não efetuará pagamento através de transferência bancária.

4.3. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer espécie e/ou natureza junto à Fazenda Municipal de Tarumã.

4.4. O Município de Tarumã efetuará a retenção da Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente às faturas emitidas.

CLAÚSULA QUINTA **AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO**

5. Na ocorrência da necessidade de quantidades maiores ou menores que as estabelecidas nos ANEXOS, até o limite permitido pela legislação vigente de até 25%, serão feitos pedidos adicionais ou reduções equivalentes através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLAÚSULA SEXTA **DO REAJUSTE DE PREÇOS**

6. Não haverá reajuste de preços para o presente objeto, exceto no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, o qual deverá ser requerido e provado pelo CONTRATADO, em conformidade com a legislação vigente.

CLAÚSULA SÉTIMA **CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

1. Os recursos necessários ao pagamento deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias:

02.02 - 04.122.0001.2102 – 3.3.90.39 – **40** – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica -
R\$35.000,00

CLAUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

8.1. Fornecer todos os documentos necessários e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento;

8.2. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado nos valores, formas e prazos avençados.

8.3. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sr. Gleyson Ramos Guimarães Lima, portador da Cédula de Identidade RG nº. 32,643.428-8 SSP/SP e inscrito no CPF nº. 320.627.468-06, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

8.4. A Contratada, reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9. São obrigações da Contratada sem que a elas se limite:

9.1. A licitada será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.

9.2. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal/recibo respectivo em duas vias, bem como a planilha dos serviços realizados.

9.3. A licitante vencedora deverá fornecer todo pessoal necessário à realização dos serviços, ficando sob sua responsabilidade todos os encargos e obrigações sociais e trabalhistas, obrigando-se a saldá-los na época certa, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a municipalidade.

9.4. Comparecer sempre que solicitada a Secretaria Municipal de Governo, órgão controlador e fiscalizador dos serviços, em horário por estes estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

9.5. É de responsabilidade da contratada, arcar com todo e qualquer dano eventual que venha a ocorrer no âmbito da prestação dos serviços. A contratada será responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção de sinalização aos serviços contratados, tendo em vista a prevenção de acidentes.

9.6. Providenciar no prazo de 03 (três) dias à correção de deficiências e / ou irregularidades apontadas pela Contratante;

9.7. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e / ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

9.8. Aceitar, nas mesmas condições avençadas no presente instrumento contratual, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, respeitados os limites legais, conforme dispõe o § 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;

9.9. Todo e qualquer dano que venha a ocorrer posteriores aos serviços que seja constatada ser de responsabilidade da empresa contratada deverá ser reconstituído pela mesma. Da mesma forma deverá a empresa contratada se responsabilizar por todos os danos e/ou transtornos que venham a ocorrer a terceiros.

9.10. A contratada deverá no ato da assinatura do Termo Contratual, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

CLAUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

10. O atraso injustificado dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93, sujeitará o contratado à multa calculada à ordem de 0,08 % calculado sobre o valor original do termo de contrato, por dia de atraso da obrigação não cumprida.

10.1. O valor da multa será automaticamente descontado do pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

10.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

10.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

10.4. A contratada estará ainda sujeita às demais penalidades previstas na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11. A vigência do termo de contrato será até dia 31 de dezembro de 2020, a contar da assinatura do termo de contrato, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8666/93, devendo a empresa contratada entregar o objeto licitado, conforme estipulado no Cronograma Físico-Financeiro.

11.1. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO

12. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto dos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações.

12.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste convite, desde que haja conveniência para a Administração Municipal;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO COMPETENTE

13. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, 28 de julho de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

CHIQUETO, GONÇALVES FILHO
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
João Carlos Gonçalves Filho
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
Gleyson Ramos Guimarães Lima
RG nº 32.643.428-8 – SSP/SP

2. _____
Henrique Octavio Benelli
RG nº 391.010.518-14 SSP/SP

PLANILHA ADJUDICATÓRIA - CONTRATO Nº. 046/2020
PROCESSO Nº. 104/2020 - CARTA CONVITE Nº. 003/2020

LOTE 01					
Item	Qtde	Unid	Descrição	Vi. Unit.	Vi. Total
1	5	MES	SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA A PREFEITURA DE TARUMÃ - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE EMPRESA JURÍDICA, SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E JURÍDICA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO MÍNIMA DE 20(VINTE) HORAS SEMANAIS, QUE PODERÃO SER SUPERADAS EM FACE DAS EXIGÊNCIAS DO SERVIÇO E PARA ATENDIMENTO DE PRAZOS ESPECÍFICOS E NECESSÁRIOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.	R\$7.000,00	R\$35.000,00

MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE 01 - ITEM 01: SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA PARA A PREFEITURA DE TARUMÃ

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços devem compreender as áreas técnico-administrativa e jurídica, devendo ser prestados por profissionais com experiência e sólidos conhecimentos em administração pública, devendo sua atuação estar relacionada com ênfase nas seguintes competências e matérias:

- assessoria, consultoria e atendimento às consultas formuladas pelo sr. Prefeito Municipal e pelos senhores Secretários Municipais, objetivando o atendimento das determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- orientação e assessoramento na elaboração de procedimentos objetivando ações preventivas para o atendimento integral das decisões e determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- atuação direta junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, especialmente quanto a apresentação de justificativas em decorrência de apontamentos de auditorias na análise das contas anuais, inclusive em autos apartados, se existirem, com a apresentação de defesas, memoriais, sustentação oral, se necessária e apresentação de todos os recursos cabíveis e pertinentes;
- atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo também quanto à análise e apreciação de processos licitatórios, contratos administrativos, exame prévio de edital, representações e denúncias, com a apresentação de justificativas, memoriais, sustentações orais, recursos e outras atuações, se necessário.
- atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no que se refere à admissão de pessoal, auxílios, subvenções, termos de convênio, acordos e parcerias, com a interposição das manifestações e defesas necessárias, inclusive os recursos pertinentes;
- atuação junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo com a interposição de ação rescisória e de revisão de julgado, após o trânsito em julgado de processo, quando técnica e juridicamente cabíveis.
- análise, revisão, modernização e adequação da legislação municipal pertinente à criação e funcionamento do Controle Interno, em face dos preceitos constitucionais, legislações infraconstitucionais pertinentes e aplicáveis à espécie, com a apresentação de propostas e minutas de projetos de leis e demais atos necessários ao bom funcionamento da gestão pública;

- h) assessoramento e consultoria quanto à efetiva atuação do Controle Interno, em especial em face da análise de seus relatórios e efetiva aplicabilidade quanto a necessária avaliação da gestão municipal;
- i) assessoramento, consultoria e orientações aos agentes públicos objetivando a necessidade de aprimoramento de suas atuações técnico-administrativas;
- j) assessoramento, consultoria e orientações quanto à análise e apreciação de indicadores, objetivando à efetiva revisão, atualização e melhoria da performance da administração municipal, quanto ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM/TCESP
- k) prestar assistência jurídica, a nível de supervisão, coordenação, gestão, atendendo a consultas formuladas objetivando o efetivo cumprimento das leis e regulamentos;
- l) prestar assistência e o devido acompanhamento na instauração, instrução e conclusão de inquéritos, sindicâncias e processos administrativos;
- m) prestar a necessária assessoria, consultoria e assistência na área de recursos humanos, especialmente quanto à forma de admissão, criação de cargos, análise de edital de seleção e/ou concurso público, acumulações de cargos, demissão de servidores e outros atos análogos e inerentes ao setor de pessoal;
- n) visitas técnicas à sede da municipalidade para serviços de consultoria e assessoria referente ao funcionamento de sua administração, bem como sobre o atendimento às determinações do Tribunal de Contas, além de orientações e atendimentos jurídico-legais a serem cumpridas;
- p) as despesas com cópias reprográficas, telefonemas e/ou viagens realizadas para a execução do objeto da contratação serão suportadas, em sua totalidade, pela contratante;
- q) eventual verba decorrente do princípio da sucumbência no limite arbitrado é totalmente desvinculada do presente contrato e isenta de qualquer desconto a teor do disposto no artigo 23 da Lei 8906/94.

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADO: CHIQUETO, GONÇALVES FILHO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CONTRATO Nº. 046/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E JURÍDICA.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, 28 de julho de 2020.

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Gleyson Ramos Guimarães Lima

Cargo: Secretário Municipal de Governo

RG nº. 32.643.428-8 SSP/SP, CPF nº. 320.627.468-6

Data de Nascimento: 01/09/1983

Endereço: Rua Guaiçara, nº 157 - Vila das Árvores - Tarumã/SP.

E-mail institucional: gleyson.guimaraes@taruma.sp.gov.br

E-mail pessoal: gleyson.guimaraess@gmail.com

Telefone: (018) 3373-4500

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo **CONTRATANTE:**

Nome: Oscar Gozzi
Cargo: Prefeito Municipal
CPF: 403.647.128-72 - RG: 4.758.458-0 SSP SP
Data de Nascimento: 06/10/1950
Endereço: Rua das Acácias, n.º 125 - Tarumã/SP.
E-mail institucional: gabinete@taruma.sp.gov.br
E-mail pessoal: novotempo2027@gmail.com
Telefone: (18) 3373-4500

Assinatura: _____

Pela **CONTRATADA:**

Nome: João Carlos Gonçalves Filho
Cargo: Sócio
Data de nascimento: 08/03/1947
RG n.º. 4.427.959, CPF n.º 137.925.718-20
Endereço residencial: Rua Regente Feijó, n.º 330 – Assis/SP.
E-mail institucional: joaocarlos@aasp.org.br
E-mail pessoal: joaocarlos@aasp.org.sp.br
Telefone: (18)3322-7603

Assinatura: _____